

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	7
APRESENTAÇÃO DA DÉCIMA EDIÇÃO.....	9
Capítulo I – PREMISSAS E TEMAS GERAIS	23
1. processo e relação processual (estrutura tríplice)	23
2. o conceito puro de parte (noção puramente processual) – a qualidade de parte	26
3. aquisição da qualidade de parte – parte na demanda e parte no processo	30
4. conceitos de parte ligados ao direito substancial	32
5. o conceito puro de terceiro (noção puramente processual)	34
6. pluralidade de partes	37
7. diversidade de situações legitimantes.....	39
8. relatividade da distinção entre litisconsórcio e intervenção de terceiro.....	40
9. pluralidade de partes e a estrutura da relação jurídica processual	43
10. unidade do processo com pluralidade de partes.....	43
Capítulo II – O PROCESSO LITISCONSORCIAL	47
11. colocação sistemática	47
12. competência	49
13. a atuação dos litisconsortes no processo – o impulso processual ...	50
14. arguição de incompetência	50

15.	valor da causa.....	51
16.	prazos em dobro	52
17.	termo inicial do prazo para contestar – com ou sem simultaneidade, conforme o caso	53
18.	negócios jurídicos processuais	55
19.	prazo para manifestar-se nos autos (intimações) – prazos individuais.....	56
20.	revelia e efeito da revelia.....	56
21.	a disciplina da prova – o princípio da aquisição.....	57
22.	ainda a disciplina da prova.....	58
23.	suspeição ou impedimento do juiz.....	59
24.	desistência da ação	59
25.	a dimensão subjetiva da eficácia dos recursos	60
26.	desistência do recurso e renúncia à faculdade de recorrer	61
27.	eficácia da sentença e extensão da coisa julgada.....	62
28.	honorários da sucumbência.....	62
29.	legitimidade ativa para a impugnação ao cumprimento de sentença ou para os embargos à execução	64
30.	legitimidade passiva para os embargos ou impugnação.....	66
31.	início do prazo para impugnar a execução de sentença ou para embargar a execução.....	66
32.	suspensão subjetivamente parcial da execução pela dedução dos embargos ou impugnação	67
Capítulo III – LITISCONSÓRCIO: ASPECTOS GERAIS		69
33.	noção de litisconsórcio – a comunhão de sortes não é essencial	69
34.	cúmulo subjetivo	73
35.	litisconsórcio e assistência litisconsorcial	75
36.	terceiros e os limites dos resultados do processo (efeitos da sentença e coisa julgada).....	78
37.	assistência simples e litisconsorcial – litisconsórcio.....	80
38.	o sucessor da parte no direito controvertido (CPC, art. 109, § 2º)	86
39.	colegitimados	88

40.	intervenção litisconsorcial voluntária.....	89
41.	da assistência simples à intervenção litisconsorcial: escalada de intensidade	90
42.	litisconsórcio: aspectos gerais (delimitação do tema).....	91
43.	litisconsórcio: justificação do instituto – harmonia e economia....	94
44.	equilíbrio entre forças divergentes	96
45.	espécies de litisconsórcios (quatro critérios)	100
46.	litisconsórcio necessário ou facultativo.....	100
47.	litisconsórcio comum ou unitário	102
48.	litisconsórcio ativo ou passivo.....	104
49.	a falsa ideia de um litisconsórcio misto.....	104
50.	litisconsórcio inicial ou ulterior	104
Capítulo IV – LITISCONSÓRCIO, AÇÃO E DEMANDA		107
51.	litisconsórcio e cúmulo de demandas.....	107
52.	demanda única no litisconsórcio unitário	108
53.	litisconsórcio e concurso subjetivo de ações	110
54.	cúmulo de demandas no litisconsórcio comum facultativo	111
55.	cúmulo subjetivo e cúmulo objetivo: falsa oposição.....	112
56.	cúmulo de demandas no litisconsórcio necessário por força de lei (litisconsórcio necessário comum).....	112
57.	litisconsórcio e pluralidade de ações	114
58.	unidade de ação no litisconsórcio necessário (unitário ou não)....	117
59.	litisconsórcio, ação e demanda: critérios.....	118
Capítulo V – ADMISSIBILIDADE DO LITISCONSÓRCIO.....		121
60.	aspectos gerais	121
61.	litisconsórcio fundado na comunhão em direitos ou obrigações....	123
62.	litisconsórcio fundado na conexidade.....	124
63.	litisconsórcio fundado na afinidade de questões.....	127
64.	litisconsórcio impróprio?	130
65.	a recusa do litisconsórcio multitudinário	132
66.	comunhão e necessidade?	133

67.	litisconsórcio e legitimidade “ad causam”	134
68.	sistema alemão no Código de Processo Civil	137
69.	o sistema italiano	140
70.	a doutrina italiana do litisconsórcio necessário	140
71.	ineficácia da sentença	143
72.	os regimes do litisconsórcio	143
73.	a intervenção “jussu judicis”	144
74.	litisconsórcio voluntário e litisconsórcio necessário no direito português contemporâneo	146
75.	litisconsórcio e coligação (ainda o direito português)	147
76.	aspectos sistemáticos (ainda o direito português)	149

Capítulo VI – LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E LITISCONSÓRCIO

UNITÁRIO.....	151
77. o litisconsórcio necessário no Código vigente.....	152
78. litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário (noções gerais)	153
79. a relativa autonomia dos litisconsortes	158
80. reflexo da exigência de legitimidade “ad actum”	163
81. no litisconsórcio unitário e no comum	167
82. litisconsórcio unitário: noções gerais e recapitulação – critério puramente prático.....	170
83. litisconsórcio unitário: relação jurídica incindível.....	172
84. decisão “principaliter” sobre a relação incindível.....	175
85. decisão “incidenter tantum” sobre questão prejudicial.....	177
86. não só em ações constitutivas	178
87. litisconsórcio unitário: regime	180
88. critérios	183
89. condutas indutivas ou causativas (alternativas ou determinantes)	187
90. litisconsórcio unitário: regime – aplicações	188
91. litisconsórcio unitário: desistência da ação	190
92. litisconsórcio unitário: recursos (CPC, art. 1.005).....	191

93.	efeitos do recurso interposto sem a totalidade dos litisconsortes (devolutivo e suspensivo)	197
94.	a situação do litisconsorte favorecido pela atuação de outro litisconsorte	198
95.	custo financeiro do processo (os honorários recursais e as despesas do processo)	198
96.	devedores solidários.....	199
97.	litisconsórcio necessário – conceito e enquadramento sistemático.....	200
98.	litisconsórcio necessário – as duas clássicas hipóteses de sua ocorrência	202
99.	litisconsórcio unitário e litisconsórcio necessário – distinções e relacionamento	204
100.	casuística	206
101.	outros casos indicados – as ações constitutivas	210
102.	negação da necessariedade: casuística.....	214
103.	litisconsórcio necessário unitário: o estado atual da doutrina e jurisprudência	217
104.	indevidas ampliações de hipóteses – equívocos	219
105.	o critério legítimo.....	222
106.	tendências	223
107.	litisconsórcio unitário não necessário (facultativo)	224
108.	colegitimados ordinários e extraordinários.....	226
109.	no polo ativo da relação jurídica processual.....	227
110.	casuística	230
111.	litisconsórcio necessário por disposição de lei	233
112.	necessariedade por disposição de lei e sua repercussão no objeto do processo	234
113.	casuística	235
114.	falsos casos de litisconsórcio necessário por força de lei	239
Capítulo VII – PROBLEMAS DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO ..		245
115.	a excepcionalidade do litisconsórcio necessário (ativo ou passivo).....	246

116. exigências indevidas de integração do litisconsórcio – consequências	251
117. litisconsórcio necessário ativo – duas questões correlatas.....	252
118. um instituto presente na ordem processual civil brasileira	252
119. ainda a configurabilidade do litisconsórcio necessário ativo – a lei brasileira.....	255
120. inadmissível a integração coata do litisconsorte necessário ativo à relação processual – CPC, art. 115, par.....	256
121. citação para ser autor? o significado do vocábulo “interessado”	257
122. técnicas alternativas à necessidade litisconsorcial	261
123. a extensão subjetiva da autoridade da coisa julgada.....	264
124. restrição à liberdade de agir – ainda a excepcionalidade do litisconsórcio necessário	265
125. indevida invocação da “adcitatio”	270
126. preservar a liberdade de escolha entre agir e não agir	273
127. projeções jurídico-substanciais	274
128. redobrada excepcionalidade – equilíbrio	276
129. casos raros de litisconsórcio necessário ativo.....	279
130. campo de incidência da necessidade – não só ações constitutivas negativas.....	281
131. providência preliminar e possível extinção do processo – a liberdade de opção concedida ao autor.....	286
132. extinção do processo ou improcedência da demanda?.....	291
133. em caso de substituição processual ativa.....	292
134. decisão, sentença e recursos	295
135. intimação a requerer a citação dos litisconsortes necessários ...	296
136. desistência da ação	298
137. no caso de litisconsórcio necessário “ativo”	299

Capítulo VIII – A SENTENÇA PROFERIDA SEM O LITISCONSORTE NECESSÁRIO.....

138. nulidade do processo e da sentença	302
139. nulidade do processo e carência de ação.....	303
140. sobre as nulidades em direito processual.....	308

141.	nulidade, ineficácia, segurança jurídica e “due process of law”.	315
142.	pronúncia da nulidade do processo ou de atos processuais realizados em ausência do litisconsorte necessário – especificações	317
143.	nulidade e ineficácia da sentença segundo o disposto no art. 115 do Código de Processo Civil.....	322
144.	a dimensão da nulidade no caso do art. 115, inc. I	323
145.	sobre a eficácia da sentença (efeitos principais, secundários, processuais).....	325
146.	entre a eficácia e a ineficácia “lato sensu”.....	329
147.	existência, validade e eficácia	330
148.	a existência jurídica da sentença dada sem os colegitimados necessários em caso de litisconsórcio necessário-unitário.....	333
149.	entre a nulidade e a ineficácia “stricto sensu”.....	337
150.	tornando ao art. 115, inc. I, do Código de Processo Civil – antinomias e a necessária interpretação sistemática	342
151.	a insuficiência do sistema de nulidades – recurso à ineficácia ..	344
152.	a medida da ineficácia da sentença dada sem os litisconsortes necessários unitários.....	350
153.	ineficácia e coisa julgada material.....	354
154.	em caso de litisconsórcio necessário por força de lei	356
155.	ineficácia e infraeficácia	356
156.	propositura de nova demanda.....	360
157.	aspectos particulares	362
158.	admissibilidade da ação rescisória.....	364
159.	ação declaratória da ineficácia ou nulidade (“querela nullitatis”)	367
160.	outros remédios	368
161.	os efeitos processuais e complementares da sentença e a validade desta.....	370

Capítulo IX – O LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E SEUS PROBLEMAS

162.	conceito e recapitulação conceitual.....	374
163.	casuística.....	379

164.	cont.: o litisconsórcio no processo executivo ou na fase de cumprimento de sentença.....	383
165.	cont.: o litisconsórcio no processo das medidas urgentes.....	385
166.	problemas do litisconsórcio facultativo: visão de conjunto.....	385
167.	formação do litisconsórcio facultativo: aspectos gerais.....	387
168.	modos e hipóteses específicas de formação do litisconsórcio facultativo.....	389
169.	formação do litisconsórcio facultativo por iniciativa do juiz.....	391
170.	formação por iniciativa do réu	394
171.	formação por iniciativa do réu: a indicação da parte legítima (CPC, arts. 338 e 339).....	396
172.	formação por iniciativa de terceiro: intervenção litisconsorcial voluntária	397
173.	os contornos do instituto da intervenção litisconsorcial voluntária	399
174.	compatibilidade com o sistema – requisitos e ressalvas.....	402
175.	problemas no processo e no procedimento	406
176.	a intervenção do colegitimado	410
177.	o litisconsórcio multitudinário.....	411
178.	casuística jurisprudencial	414
179.	limitação do litisconsórcio multitudinário pelo juiz	415
180.	recusa e preclusão.....	416
181.	interrupção do prazo para contestar	417
182.	desistência da ação em caso de litisconsórcio facultativo	418
183.	anuência e homologação	420
184.	desistência da ação e chamamento ao processo	422
185.	competência: aspectos gerais.....	425
186.	competência: comunhão no direito ou na obrigação	426
187.	comunhão e competência de jurisdição.....	426
188.	comunhão e competência originária	428
189.	comunhão e competência territorial.....	429
190.	comunhão e competência de juízo.....	430
191.	conexidade e competência	431
192.	conexidade e competência de jurisdição.....	432
193.	conexidade e competência originária	433
194.	conexidade e competência territorial.....	434

195.	conexidade e competência de juízo.....	436
196.	competência por valor.....	437
197.	competência: litisconsórcio por afinidade de questões	438
198.	mera afinidade e competência de jurisdição	440
199.	mera afinidade e competência originária dos tribunais	441
200.	competência territorial, conexidade, continência e mera afinidade de questões	441
201.	mera afinidade e competência de juízo	441
202.	mera afinidade e competência por valor	442
203.	litisconsórcio facultativo e incompetência: recusa fundamentada	443
204.	litisconsórcio facultativo e procedimento	446
205.	o litisconsórcio facultativo comum e a diversidade de procedimentos	447
206.	hipóteses e soluções “de lege ferenda”	449
207.	opção pelo procedimento comum	450
208.	litisconsórcio facultativo e reconvenção – reconvenção ampliadora e reconvenção restritiva.....	452
209.	ampliação subjetiva	454
210.	ampliação subjetiva em caso de litisconsórcio necessário ou facultativo.....	457
211.	reconvenção subjetivamente restritiva.....	458
212.	litisconsórcio alternativo ou eventual.....	460
213.	direito positivo	464
214.	harmonia sistemática	468
215.	aspectos conceituais.....	469
216.	litisconsortes adversários.....	470
217.	ocorrência prática	470
218.	limites da apelação em caso de litisconsórcio alternativo ou eventual	471
219.	litisconsórcio sucessivo.....	473
220.	recusa do litisconsórcio facultativo (necessariamente fundamentada).....	476
BIBLIOGRAFIA.....		479